

O saldo do semestre

LUIZ ROBERTO DO
NASCIMENTO E SILVA *

ACâmara dos Deputados, sob a presidência de Luis Eduardo Magalhães, deu prova de grande competência política ao aprovar em tempo recorde as 5 emendas da Ordem Econômica: gás canalizado, navegação de cabotagem, empresa nacional, telecomunicações e petróleo.

O Poder Legislativo rompeu assim com uma sensação de inércia operacional e cumplicidade fisiológica que parecia guiar suas ações ultimamente. Colocou-se na dianteira do processo político e não mais a reboque dele.

A Câmara dos Deputados, como representante de todos os cidadãos, composta por 513 deputados, sempre se mostrou indócil à aprovação de medidas com prazos definidos. O Senado, como Câmara Alta, representando mais os estados, composto de 81 senadores, sempre teve maior capacidade de obedecer a calendários específicos.

Todas as emendas já aprovadas pela Câmara obedeceram a uma tramitação bastante complexa. Cada uma passou pela Comissão de Constituição e Justiça, indo depois para uma Comissão Especial. Após a aprovação do texto final, as emendas foram para a primeira votação em plenário, na qual, para ser aprovada, precisavam do voto de três quintos dos 513 deputados, ou seja, no mínimo, de 308 votos. Após a primeira votação, a emenda foi a uma segunda votação em plenário, na qual repetiram-se as regras da primeira votação.

Essas regras para os que não participam diretamente do processo legislativo podem parecer rígidas e burocráticas. Entretanto, apenas através de um mecanismo formal pré-defini-

do, como esse, é que se asseguram transparência e segurança a todo o processo, com votações públicas e nominais. Emendar uma Constituição, resultado de uma Assembléia Nacional Constituinte, é tarefa fascinante e necessária, mas igualmente inquietante, pela responsabilidade quase sagrada de intervir num texto sancionado pelo povo brasileiro, ainda que não representasse mais as aspirações da sociedade.

Independentemente da posição pessoal de cada um de nós sobre o mérito e as consequências das emendas da Ordem Econômica, temos todos que reconhecer o avanço realizado. O país não é mais o mesmo e a imagem que se tinha do Congresso também é radicalmente diversa. Deputados e senadores têm comparecido, participado calorosamente dos debates e votado as matérias em pauta. A ausência de *quorum* para as votações deixou de ocorrer. Os representantes do Poder Legislativo estão honrando a missão que lhes foi delegada por seus eleitores.

O Congresso Nacional retorna de seu recesso e inicia a agenda política do segundo semestre, que trará para o debate nacional novas questões como mudanças na lei eleitoral e principalmente a reforma fiscal e tributária. Além disso, inicia-se procedimento semelhante no Senado Federal com a análise de cada uma das emendas da Ordem Econômica aprovada na Câmara por sua Comissão de Constituição e Justiça, seguida de votação em plenário. O Poder Legislativo deixa de ser motivo de críticas adjetivas e passa a comandar de forma substantiva o momento político brasileiro. Esse é o saldo positivo do primeiro semestre.